

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 929.974 - SP (2016/0148173-6)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : J.ALVES VERISSIMO INDUSTRIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA**  
**AGRAVANTE : JOAO ALVES VERISSIMO**  
**AGRAVANTE : ADELINO ALVES VERISSIMO**  
**ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA E OUTRO(S) - SP110862**  
**LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925**  
**SOC. de ADV. : VELLOZA & GIROTTO ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**AGRAVADO : BANCO SANTOS S/A - MASSA FALIDA**  
**ADVOGADO : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/1973, art. 544) contra decisão que negou seguimento ao recurso especial por inexistência de violação de lei federal e incidência da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 1.035/1.036).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 875/876):

SENTENÇA – Cítra petita – Alegação de omissão quanto à tese de que coapelante não utilizou os valores objetos do contrato de limite de crédito – Improcedência – Matéria de defesa examinada na sentença – Omissão sentencial exclusivamente quanto à existência de autorização para lançamento do crédito na conta corrente da coapelante – Vício não suscitado, sanado nos termos do art. 515, § 4º, do CPC – Preliminar de nulidade rejeitada – Apelação improvida nesse tocante

NEGÓCIO JURÍDICO – Simulação – Contrato de abertura de limite de crédito em conta garantida – Alegação de que crédito disponibilizado foi transferido da conta garantida para conta corrente de depósitos sem prévia autorização do correntista para liquidação de 'suposto' empréstimo – Pedido declaratório de inexigibilidade do débito Improcedência Utilização do crédito disponibilizado para quitação de empréstimo anterior – Prova pericial e documental nesse sentido (CC, art. 226, caput) – Exigibilidade do débito – Embargos monitórios parcialmente procedentes – Apelação improvida nesse tocante

CONTRATO – Abertura de limite de crédito em conta garantida – Utilização do crédito para quitação de empréstimo anterior – Alegação de que utilização do crédito impescindia de prévia autorização do correntista, sob pena de inexigibilidade do débito Improcedência – Necessidade de autorização do correntista somente nos casos de operação interbancária ("DOC" e cheque administrativo"), conforme cláusula contratual expressa – Prescindibilidade de tal autorização na hipótese de utilização do crédito pelo próprio correntista na mesma agência bancária – Cláusula contratual nesse sentido Lançamento a crédito na conta corrente, ademais, configura utilização do crédito, conforme cláusula contratual – Exigibilidade do débito – Embargos monitórios parcialmente procedentes – Apelação improvida nesse tocante

CONTRATO – Mútuo – Encargos moratórios – Inacumulabilidade da comissão de permanência com outros encargos moratórios – Hipótese em que no v. aresto precedente a Turma Julgadora determinou a incidência exclusiva da comissão de permanência no período de inadimplência – Encargo calculado pela taxa média do mercado do dia do efetivo pagamento, limitado à soma dos encargos contratuais, conforme orientação da Corte Superior – Abusividade da cláusula contratuais que prevê encargos contratuais como patamar mínimo da comissão de permanência – Ineficácia da cláusula contratual nesse tocante Indeferimento, porém, do pedido de substituição do CDI pelo INPC, pois já estabelecida a exclusiva incidência da correção monetária

(limitada à variação do CDI), não podendo ser substituída pelo INPC, eis que implicaria incidência também de juros moratórios, já afastados no aresto precedente – Embargos monitorios parcialmente procedentes – Apelação parcialmente provida para esse fim  
Dispositivo: dão parcial provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 957/967).

No especial (e-STJ fls. 970/998), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, os recorrentes alegaram ofensa ao art. 535 do CPC/1973, por negativa de prestação jurisdicional.

Indicaram contrariedade aos arts. 128 e 515 do CPC/1973, aduzindo que o acórdão fundamentou sua decisão em questão que nem sequer foi suscitada pelo recorrido.

Apontaram afronta aos arts. 131 e 333 do CPC/1973 e 166 do CC/2002, sustentando, em síntese, que o TJSP "não analisou, a contento, a prova dos autos e considerou válido um negócio que exigia formalidades não observadas" (e-STJ fl. 990).

Aduziram ainda desrespeito aos arts. 17 e 18 do CPC/1973, afirmando a inexistência de litigância de má-fé.

No agravo (e-STJ fls. 1.039/1.052), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada pelo recorrido (e-STJ fls. 1.055/1.076).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial e o agravo foram interpostos com fundamento no CPC/1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Não há falar em contrariedade aos arts. 128, 515 e 535 do CPC/1973, pois o Tribunal *a quo* pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca da questão suscitada nos autos. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do referido dispositivo.

Além disso, a apreciação do pleito, dentro dos limites apresentados pelas partes na petição inicial ou nas razões recursais, mesmo que não tenha sido expressamente requerida na parte relativa aos pedidos, não revela julgamento *ultra* ou *extra petita*. Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CONDENATÓRIA - UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE IMAGEM PARA FINS COMERCIAIS/PUBLICITÁRIOS - DECISÃO UNIPESSOAL CONHECENDO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU.

1. Não se verifica a alegada violação ao art. 535 do CPC, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente.

2. Não se pode reputar de *extra petita* a decisão que interpreta de forma ampla o pedido formulado pelas partes, pois o pedido é o que se pretende com a instauração da demanda e se extrai da interpretação lógico-sistemática da petição inicial. Precedentes.

3. Nos termos do enunciado da súmula 403/STJ, independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

4. Quanto ao pleito de redução do *quantum* indenizatório, observa-se que o apelo extremo esbarra em óbice formal intransponível, consistente na ausência de indicação precisa dos dispositivos legais tidos por violados. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

5. No caso em tela, consoante dispôs o acórdão recorrido, o fundamento da pretensão condenatória foi o uso indevido de imagem, para fins comerciais, não tendo decorrido de inadimplemento contratual. Desse modo, tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros de mora devem fluir a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no Ag 1.415.130/SC, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 6/2/2014, DJe 14/2/2014.)

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE ALIMENTOS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. REAPRECIAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA *EXTRA PETITA*. NÃO CARACTERIZADA.

1.- O revolvimento do substrato fático do processo, circunscrito ao que se extrai do acórdão recorrido, que definiu as variáveis extraídas das necessidades da credora e possibilidades do devedor de alimentos, é vedado na via recursal eleita, a teor da Súmula 7 do STJ.

2.- Não houve julgamento *extra petita* pelo tribunal de origem, menos ainda omissão pelos julgados subsequentes, uma vez que resta claro que a decisão combatida se deu dentro dos limites postos pela inicial que evidenciou um pedido abrangente de modo a viabilizar a compensação impugnada pela recorrente.

4.- Não tendo a parte apresentado argumentos novos capazes de alterar o julgamento anterior, deve-se manter a decisão recorrida.

5.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.203.362/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 4/11/2011.)

Quanto aos arts. 131 e 333 do CPC/1973 e 166 do CC/2002, extraem-se as seguintes razões de decidir do acórdão impugnado (e-STJ fl. 881):

Assim, comprovado documentalmente o lançamento a crédito na conta corrente n. 107928 da quantia de R\$ 390.000,00 para quitação de empréstimo no valor de R\$ 380.136,50 e pagamento de CPM F no montante de R\$ 1.444,51, legítima a cobrança do montante perseguido na exordial (R\$ 381.663,26).

(...)

A esses fundamentos acrescenta-se não ser crível que somente em agosto de 2004 - quatro meses depois do lançamento a crédito - os em bargantes tenham percebido o crédito de R\$ 390.000,00. E quantia vultosa que não passaria despercebida pelos representantes legais e tampouco pelo contabilista da sociedade, que, ressalva-se, registrou a movimentação no livro empresarial.

E mais: o lançamento na conta corrente aconteceu em 30 de abril de 2004, dois dias depois da assinatura do contrato e três meses antes de seu aditamento, destinado ao adiamento da data de vencimento da dívida.

Ora, ao aditar, anuiu à operação.

Assim, ainda que fosse exigível autorização para a combatida transferência, o vício -

# *Superior Tribunal de Justiça*

consistente em sua inocorrência - seria sanado com a prorrogação do contrato.

Para alterar tais fundamentos e reconhecer a invalidade do negócio jurídico, seria imprescindível a reavaliação das cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Com relação aos arts. 17 e 18 do CPC/1973, o Tribunal de origem consignou que (e-STJ fl. 883):

Os embargantes evidentemente falsearam a verdade ao afirmar que o valor não havia sido utilizado, quando no próprio livro empresarial da pessoa jurídica correntista há registro de que o limite de crédito foi utilizado para liquidação de empréstimo precedente.

Portanto, o Tribunal estadual, com base nas provas coligidas nos autos, concluiu pela existência de litigância de má-fé. Em decorrência do óbice previsto na Súmula n. 7 do STJ, não há como esta Corte alterar o entendimento adotado na origem.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator